

IVI ROCHA SLOBODA

VOZES DO BRACUÍ

ENSINO DE HISTÓRIA, MEMÓRIA E TERRITÓRIO

Editora CABANA

Ivi Rocha Sloboda

VOZES DO BRACUÍ

Ensino de história, memória e território

Editora CABANA

Copyright © 2026 Editora Cabana
Copyright do texto © 2026
Todos os direitos desta edição reservados.

O conteúdo desta obra é de exclusiva responsabilidade da autora.

Coordenação editorial: Ernesto Padovani Netto
Diagramação: Pablo Madeira
Capa: HD - Serviços Editoriais
Revisão: a autora

Catalogação na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

S634v

Sloboda, Ivi Rocha

Vozes do Bracuí: ensino de história, memória e território / Ivi Rocha Sloboda. – Ananindeua-PA: Cabana, 2026.

Livro em PDF
ISBN 978-65-82718-28-1

1. Ensino de história. 2. Memória coletiva. 3. Território. I. Sloboda, Ivi Rocha. II. Título.

CDD 907

Índice para catálogo sistemático
I. Ensino de história

[2026]
EDITORA CABANA
Trav. WE 11, N º 41 (Conj. Cidade Nova I)
67130-130 — Ananindeua — PA
Telefone: (91) 99998-2193
contato@editoracabana.com
www.editoracabana.com

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 5

SUGESTÃO DE USO DO E-BOOK PARA O(A) PROFESSOR(A) 9

EIXO 1 - HISTÓRIA, MEMÓRIA E FONTES 12

EIXO 2 - ESCRAVIDÃO, TRÁFICO E ILEGALIDADE 16

EIXO 3 - NARRATIVAS, SILÊNCIOS E MEMÓRIA 17

EIXO 4 - QUILOMBO ONTEM E HOJE: TERRITÓRIO, CULTURA E DIREITOS 19

ATIVIDADE 1 - QUEM GUARDA A HISTÓRIA DO BRACUÍ? 22

ATIVIDADE 2 - DUAS FORMAS DE CONTAR UM ACONTECIMENTO: O CASO DO BRIGUE CAMARGO 27

ATIVIDADE 3 - O FUNDO DO MAR TAMBÉM GUARDA HISTÓRIA 31

ATIVIDADE 4 - LEI E REALIDADE: QUANDO O TRÁFICO SE TORNOU ILEGAL 35

ATIVIDADE 5 - O BRIGUE CAMARGO: CRIME, CLANDESTINIDADE E APAGAMENTO 38

ATIVIDADE 6 - TRÁFICO ILEGAL E FORMAÇÃO DO QUILOMBO SANTA RITA DO BRACUÍ 42

ATIVIDADE 7 - “AFRICANOS LIVRES”: A LIBERDADE QUE A LEI NÃO GARANTIU 48

ATIVIDADE 8 - O QUE FOI SILENCIADO NA HISTÓRIA DO BRACUÍ, DE ANGRA E DO BRASIL? 52

ATIVIDADE 9 - O ENCONTRO DE SABERES: QUEM CONTA A HISTÓRIA? 55

ATIVIDADE 10 - PROGRESSO PARA QUEM? 60

ATIVIDADE 11 - O JONGO: CULTURA, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA 63

ATIVIDADE 12 - MEMÓRIA, TERRITÓRIO E LUTA POR DIREITOS 67

APRESENTAÇÃO



"Oi, gente, presta atenção na história que vou contar. Deitei minha cabeça na cabeceira do rio, mas o pé está lá no mar. Eu deitei minha cabeça na cabeceira do rio, mas o pé está lá no mar."

Marilda de Souza Francisco

Este e-book é resultado da minha dissertação de mestrado profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA/UFRJ), mas foi pensado, desde o início, como um material de troca com outros professores. Ele nasce da prática docente, da sala de aula e, sobretudo, da escuta: a percepção das histórias que circulam fora dos livros didáticos, das dúvidas que aparecem no cotidiano escolar e dos silêncios que ainda marcam as publicações e o ensino de História.

O Quilombo Santa Rita do Bracuí é uma comunidade quilombola localizada em Angra dos Reis (RJ), formada por descendentes de pessoas escravizadas ligadas à antiga Fazenda Santa Rita, pertencente à família Breves. O território preserva práticas culturais, memórias e formas de organização comunitária transmitidas entre gerações, sendo referência central para a compreensão da história do tráfico ilegal e do pós-abolição no litoral sul fluminense. A aproximação com essa comunidade não parte da ideia de trabalhar apenas um "conteúdo local", mas do encontro com diferentes formas de produzir e transmitir conhecimento histórico que dizem respeito à história do Brasil.

A tradição oral ocupa um lugar central neste material. Compreendida não apenas como lembrança individual, mas como forma social de transmissão do passado — conforme a noção de memória

histórica discutida por Fernando Catroga (2015) —, ela foi, historicamente, uma das principais maneiras pelas quais a história do Bracuí pode ser preservada e transmitida. Em um contexto marcado pela exclusão do acesso à escrita e pelo apagamento de determinadas experiências, a oralidade foi um caminho possível para registrar, lembrar e comunicar o passado. Aqui, ela não aparece isolada nem hierarquizada em relação a outras fontes: as narrativas da comunidade são colocadas em diálogo com documentos, mapas, registros oficiais, pesquisas históricas e investigações arqueológicas — às vezes se confirmando, às vezes se tensionando.

Nesse sentido, o trabalho desenvolvido neste e-book dialoga diretamente com as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, que instituem o ensino da história e da cultura afro-brasileira, africana e indígena no currículo escolar. Ao abordar a história do Quilombo Santa Rita do Bracuí a partir da memória, da tradição oral e das lutas por direitos, o material reafirma essas leis não como exigência formal, mas como compromisso com uma educação antirracista e com a valorização de saberes historicamente invisibilizados.

O território do Quilombo Santa Rita do Bracuí aparece, ao longo das atividades, como espaço vivido, lembrado e disputado. Mar, rio e serra não são tratados como elementos que "falam por si", mas como espaços interpretados por diferentes sujeitos, em diferentes momentos históricos. Território, memória e tradição oral se constituem mutuamente, em processos marcados por continuidades, rupturas e conflitos, sem que um elemento se sobreponha ao outro.

Pensado a partir da realidade da escola pública, este material dialoga com professoras e professores que lidam cotidianamente com turmas heterogêneas e o desafio constante de tornar os conteúdos históricos significativos para os estudantes. Por isso, as propostas aqui reunidas foram organizadas de modo flexível, permitindo diferentes usos e adaptações. Cada eixo parte da história do Quilombo

Santa Rita do Bracuí para discutir temas mais amplos do currículo, como escravidão, tráfico ilegal, pós-abolição, memória, apagamentos históricos e disputas por narrativa — sem transformar a história do Bracuí em conteúdo isolado, mas utilizá-la como possibilidade de atravessar o currículo como um todo.

Ao longo das atividades, a memória de lideranças como Dona Marilda de Souza Francisco aparece como referência de conhecimento — não como ilustração ou complemento, mas como parte das formas pelas quais a História é produzida e transmitida. Suas narrativas, assim como as de outros moradores da comunidade, ajudam a problematizar quem tem o direito de contar a história e quais saberes costumam ser reconhecidos no espaço escolar.

O brigue Camargo — navio envolvido no tráfico ilegal de africanos escravizados que aportou clandestinamente em Angra dos Reis em dezembro de 1852 — é um dos casos mais documentados do tráfico ilegal no Brasil após a Lei Eusébio de Queirós. Cerca de 500 pessoas oriundas de Moçambique e Quilimane foram desembarcadas nas terras da Fazenda Santa Rita e conduzidas serra acima. Para apagar as provas do crime, a embarcação foi intencionalmente incendiada e afundada. A memória desse episódio foi preservada nas narrativas orais do quilombo, colaborando com as pesquisas históricas e as investigações de arqueologia subaquática em curso na Baía da Ilha Grande.

Esse caso é trabalhado no e-book como exemplo de como diferentes fontes iluminam aspectos distintos de um mesmo acontecimento. Enquanto os registros escritos documentaram que os africanos foram levados "serra acima", sem se preocupar com mortes ou com o destino individual das pessoas, a memória da comunidade destaca histórias sobre quem estava a bordo, os possíveis sobreviventes e o que aconteceu após o naufrágio. Quando colocadas em diálogo, essas narrativas ampliam a compreensão do passado.

A história do Quilombo Santa Rita do Bracuí é também uma história do pós-abolição. A liberdade formal não garantiu terra, direitos ou reparação. A permanência no território, as disputas fundiárias, os impactos da construção da rodovia Rio–Santos e a pressão da especulação imobiliária atravessam o século XX e chegam ao presente. Nesse percurso, as práticas culturais e as lideranças comunitárias têm papel fundamental na manutenção da memória, na permanência no território e na construção da identidade quilombola.

Partindo da ideia de que a História é uma construção social, este material trabalha com diferentes fontes e perspectivas, sem hierarquizá-las previamente. Memória oral, documentos escritos, imagens, vestígios materiais e livros de História são tratados como narrativas situadas, que precisam ser analisadas, comparadas e discutidas com os estudantes. As atividades propostas não dependem exclusivamente de internet ou recursos digitais e podem ser adaptadas a diferentes contextos de sala de aula, sem estarem vinculadas a séries específicas.

Este e-book nasce, por fim, da inquietação sobre como trabalhar o ensino de História a partir de histórias que costumam ficar à margem dos livros didáticos. Ao colocar em diálogo a tradição oral do Quilombo Santa Rita do Bracuí, os documentos escritos e outros registros históricos, o material convida professores e estudantes a refletirem sobre quem produz conhecimento histórico, quais vozes são escutadas e quais histórias seguem ausentes das salas de aula e da história pública. Longe de esgotar a temática, ele se apresenta como um convite para que possamos seguir construindo, juntos, outras formas de ensinar e aprender História.



SUGESTÃO DE USO DO E-BOOK PARA O(A) PROFESSOR(A)

Este e-book foi pensado como material complementar ao trabalho docente, não como um roteiro fechado de aulas. As atividades propostas devem ser entendidas como possibilidades abertas, que podem ser adaptadas, reorganizadas, ampliadas ou combinadas de acordo com o contexto de cada escola, de cada turma e da intencionalidade pedagógica do(a) professor(a).

Cada eixo apresenta três atividades que mobilizam diferentes fontes históricas — narrativas orais, documentos escritos, imagens, vestígios materiais e práticas culturais. As propostas podem ser utilizadas no formato apresentado ou servir de base para a criação de novas atividades, a partir das perguntas, fontes e situações-problema sugeridas. As fichas de atividades, disponibilizadas como anexo, foram pensadas para facilitar o uso em sala de aula, sem limitar as possibilidades de mediação.

As fontes orais estão presentes em quase todas as atividades, sempre em diálogo com outros registros históricos. A proposta não é trabalhar a oralidade de forma isolada, mas colocá-la em relação com documentos, mapas, imagens e pesquisas, ajudando os estudantes a compreenderem que o conhecimento histórico se constrói a partir do encontro entre diferentes fontes e sujeitos.

As atividades não estão vinculadas a uma série específica e podem ser utilizadas em diferentes anos do Ensino Fundamental II, de acordo com o currículo formal e com a mediação do(a) professor(a).

Sempre que indicado, são sugeridas habilidades do documento orientador curricular de Angra dos Reis, sem caráter prescritivo. Cabe ao professor decidir como e quando mobilizá-las.

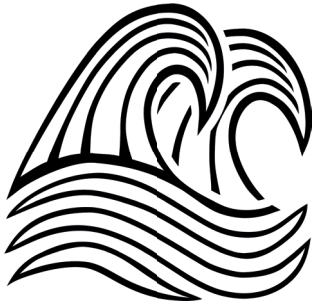
Sugere-se que, ao longo do trabalho com o e-book, o(a) professor(a) construa com a turma um Mural de Conceitos, registrando palavras-chave, ideias, dúvidas e relações que surgem durante as atividades — como memória, fonte histórica, tradição oral, território, apagamento, resistência, reparação e direito. Esse mural pode ser retomado e ampliado ao longo das aulas, funcionando como um registro coletivo do processo de aprendizagem.

Este material não esgota as possibilidades de trabalho com a história do Quilombo Santa Rita do Bracuí. Pelo contrário, ele aponta caminhos e incentiva a produção de novos materiais didáticos. A partir das atividades propostas, é possível desenvolver pesquisas com os estudantes, entrevistas com moradores da comunidade, análises de outras fontes históricas, produções audiovisuais, exposições escolares e projetos interdisciplinares.

Sempre que possível, recomenda-se ampliar o trabalho com o uso de outros materiais — vídeos, reportagens, sites institucionais, livros e artigos sobre o quilombo, o tráfico ilegal de africanos, a tradição oral e a história local. O contato direto com a comunidade também é uma possibilidade importante: visitas pedagógicas ao Quilombo Santa Rita do Bracuí, participação em eventos culturais, rodas de conversa com lideranças e moradores ajudam os estudantes a compreender que a história é feita por pessoas concretas, que vivem, trabalham e lutam cotidianamente para permanecer em seu território.

O Quilombo Santa Rita do Bracuí é construído e mantido pelas ações cotidianas das pessoas que vivem na comunidade quilombola e que enfrentaram, ao longo do século XX, o apagamento histórico, a perda de direitos e os conflitos fundiários. Reconhecer essa história implica olhar para as experiências, as vozes e as estratégias de

resistência dessas populações, entendendo o território como resultado de práticas, relações e lutas concretas. Professores de toda a rede pública de Angra dos Reis interessados em aprofundar o trabalho podem buscar parcerias, estabelecer diálogo com a comunidade e construir, junto com os estudantes, novas formas de aprender e ensinar História a partir das experiências vividas, da memória e da luta por direitos.



EIXO 1 HISTÓRIA, MEMÓRIA E FONTES

Este eixo propõe refletir com os estudantes sobre como o conhecimento histórico é construído e quais fontes utilizamos para conhecer o passado. No Quilombo Santa Rita do Bracuí, a história não se preserva apenas em documentos escritos, mas também nas narrativas orais, nas práticas culturais, nos vestígios materiais e nas experiências vividas pelas pessoas da comunidade.

As atividades deste eixo convidam os estudantes a reconhecer essas diferentes formas de registro como fontes históricas legítimas, analisando seus usos, limites e possibilidades. Ao colocar em diálogo documentos, memórias, objetos e narrativas, a proposta é problematizar a ideia de uma única fonte "mais válida" e compreender que a História se constrói a partir do diálogo entre diferentes registros e perspectivas.

Do ponto de vista pedagógico, há uma necessidade de ampliar o repertório de fontes trabalhadas na escola. Durante muito tempo, o ensino de História privilegiou os textos e os documentos escritos como principal suporte do conhecimento histórico, o que acabou invisibilizando experiências de grupos que tiveram pouco acesso à escrita ou cujas histórias não foram incorporadas às narrativas nacionais. No caso do Quilombo Santa Rita do Bracuí, grande parte da história da comunidade foi preservada por meio da tradição oral, das práticas culturais e da relação cotidiana com o território. Trabalhar com essas

fontes em sala de aula permite que os estudantes compreendam tanto sua legitimidade quanto seus limites, desenvolvendo uma leitura mais crítica do passado — inclusive da História que está nos livros.

O percurso didático começa com uma atividade que problematiza quem guarda a história do Bracuí, introduzindo o conceito de fonte histórica a partir da comparação entre vestígios materiais e memória oral da comunidade. Em seguida, os estudantes são convidados a analisar duas formas de narrar um mesmo acontecimento, por meio do caso do brigue Camargo, comparando uma fonte escrita e uma fonte oral. O eixo se encerra com uma atividade que apresenta a arqueologia subaquática como possibilidade de investigação histórica, articulando vestígios materiais, documentos escritos e memória.

É possível mobilizar, entre outras, habilidades previstas no Documento Orientador Curricular de Angra dos Reis, como a identificação e análise de diferentes tipos de fontes históricas, o reconhecimento da diversidade de registros do passado — especialmente em relação à história local — e a comparação de interpretações sobre um mesmo acontecimento a partir de fontes distintas. A escolha e a articulação dessas habilidades ficam a cargo do(a) professor(a), de acordo com o ano de escolaridade e com a proposta pedagógica desenvolvida em sala de aula.

HABILIDADES DO DOCUMENTO ORIENTADOR CURRICULAR DE ANGRA DOS REIS MOBILIZADAS

O quadro a seguir apresenta uma articulação possível entre os eixos temáticos, as atividades propostas, os anos de escolaridade em que podem ser desenvolvidas e as habilidades do Documento Orientador Curricular de Angra dos Reis mobilizadas em cada proposta. Essas indicações não têm caráter prescritivo. Uma mesma atividade pode ser utilizada em diferentes anos do Ensino Fundamental II, assumindo níveis distintos de complexidade conforme a maturidade

pedagógica da turma, a mediação do(a) professor(a) e os objetivos de aprendizagem definidos no planejamento. As habilidades indicadas funcionam como referência para orientar o trabalho docente e explicitar o diálogo do material com o currículo da rede.

Quadro 1 – Articulação entre eixos, atividades, anos de escolaridade e habilidades a partir do Documento Orientador Curricular de Angra dos Reis

Eixo	**Atividade do eixo**	**Anos de escolaridade indicados**	**Habilidades do Documento Orientador**
Eixo 1	Atividade 1 – Quem guarda a história do Bracuí?	6º e 7º anos	EF06HI02; EF06HI03ANGR; EF06HI07
Eixo 1	Atividade 2 – Duas formas de contar um acontecimento: o caso do Brigue Camargo	7º e 8º anos	EF06HI02; EF07HI08; EF07HI10
Eixo 1	Atividade 3 – O fundo do mar também guarda história	7º e 8º anos	EF06HI02; EF07HI10; EF08HI19
Eixo 2	Atividade 4 – Quando o tráfico se tornou ilegal	7º e 8º anos	EF07HI15; EF07HI16; EF08HI19
Eixo 2	Atividade 5 – O brigue Camargo: crime, clandestinidade e apagamento	7º e 8º anos	EF07HI16; EF08HI19; EF08HI20

Eixo 2	Atividade 6 – Tráfico ilegal e formação do Quilombo Santa Rita do Bracuí	8º ano	EF07HI16; EF08HI14; EF08HI19
Eixo 3	Atividade 7 – Duas narrativas da mesma história	8º ano	EF07HI10; EF08HI19
Eixo 3	Atividade 8 – O que foi silenciado na história do Bracuí, de Angra e do Brasil?	8º e 9º anos	EF08HI19; EF08HI27; EF09HI03
Eixo 3	Atividade 9 – Quem tem o direito de contar a História?	8º e 9º anos	EF08HI22; EF09HI03; EF09HI04
Eixo 4	Atividade 10 – Progresso para quem?	7º e 8º anos	EF07HI11; EF08HI06; EF08HI17
Eixo 4	Atividade 11 – O Jongo: cultura, memória e resistência	7º e 8º anos	EF07HI03; EF08HI22; EF09HI04
Eixo 4	Atividade 12 – Memória, território e luta por direitos	8º e 9º anos	EF08HI14; EF09HI06; EF09HI21

Fonte: Elaboração da autora, a partir do Documento Orientador Curricular de História do município de Angra dos Reis.



EIXO 2 ESCRAVIDÃO, TRÁFICO E ILEGALIDADE

Este eixo propõe discutir com os estudantes o tráfico ilegal de africanos no século XIX e a continuidade do tráfico mesmo depois de sua proibição por lei. A partir dessa temática, as atividades convidam a refletir sobre a distância entre o que estava previsto na legislação e o que, de fato, continuou acontecendo nas práticas sociais.

O caso do brigue Camargo é utilizado como ponto de partida para compreender como funcionavam os mecanismos de clandestinidade, violência e ocultamento que permitiram a continuidade do tráfico ilegal e da escravidão de pessoas que já tinham direito à liberdade. Ao mesmo tempo, o eixo ajuda a perceber como esses processos tiveram impacto direto na formação do Quilombo Santa Rita do Bracuí e na trajetória das pessoas que passaram a viver nesse território.

As propostas incentivam a leitura crítica das leis abolicionistas, a análise de diferentes fontes sobre o tráfico ilegal e a reflexão sobre as disputas e contradições presentes na sociedade escravista brasileira do século XIX. A partir dessas atividades, busca-se compreender que a existência das leis não garantia automaticamente sua aplicação, especialmente em uma sociedade marcada por interesses econômicos, relações de poder e permanências escravistas. A intenção é mostrar aos estudantes que a História se constrói a partir das relações entre normas, práticas sociais, conflitos e experiências vividas pelos sujeitos históricos.



EIXO 3 NARRATIVAS, SILÊNCIOS E MEMÓRIA

Este eixo convida os estudantes a refletirem sobre como a História é ensinada, escrita e construída a partir de escolhas: o que é lembrado, o que é registrado e o que acaba ficando de fora. Diferentes grupos produzem narrativas distintas sobre os mesmos acontecimentos, e essas narrativas não circulam com o mesmo peso nos livros didáticos, nos documentos oficiais e na memória pública.

No caso do Quilombo Santa Rita do Bracuí, muitas experiências históricas foram preservadas principalmente pela memória oral da comunidade, enquanto aparecem pouco na documentação escrita, nada nos livros de História, ou são registradas a partir do ponto de vista das autoridades e das elites locais. Trabalhar com essas diferenças permite compreender a História como um campo de disputas, no qual narrativas entram em tensão, certos acontecimentos são silenciados e outros ganham destaque. A pesquisa histórica busca, com documentos escritos ou orais, as evidências do que aconteceu. Busca chegar o mais perto possível do que de fato ocorreu, sabendo que as fontes são produzidas por pessoas com lugares sociais e políticos distintos.

As atividades deste eixo estimulam a comparação entre fontes, a identificação de apagamentos históricos e a reflexão sobre quem tem o poder de produzir, registrar e legitimar narrativas sobre o passado — nos livros, nos museus e nos documentos oficiais. A proposta é ajudar os estudantes a perceber que o silêncio também comunica e

que compreender a História implica questionar não apenas o que é contado, mas também o que foi deixado de lado.



EIXO 4 QUILOMBO ONTEM E HOJE: TERRITÓRIO, CULTURA E DIREITOS

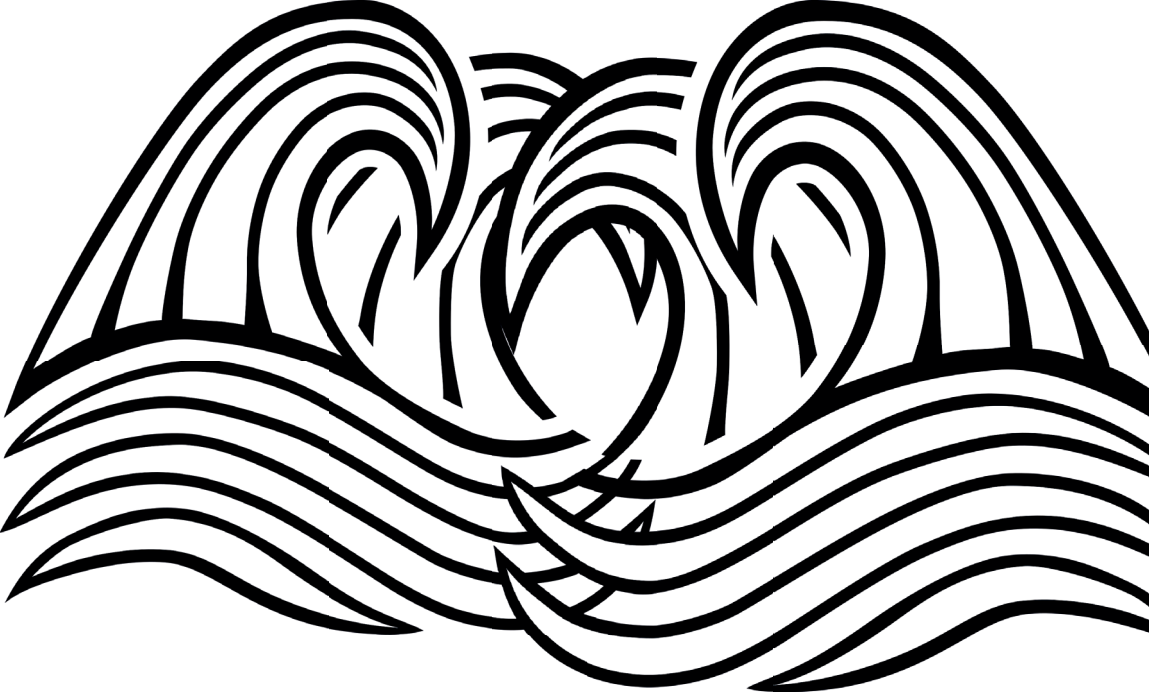
Este eixo propõe compreender o quilombo não apenas como uma experiência do passado, mas como uma realidade que segue presente. O Quilombo Santa Rita do Bracuí se formou em um contexto marcado pela escravidão e pelo tráfico ilegal de africanos, mas continua existindo hoje como comunidade que vive, resiste e luta pelo reconhecimento de seu território, de sua cultura e de seus direitos.

Ao longo do século XX, mudanças profundas afetaram a vida da comunidade. A construção da Rodovia Rio–Santos e o avanço da especulação imobiliária alteraram o espaço tradicional do quilombo, reduziram sua extensão e romperam relações históricas com o mar. Diante dessas transformações, as pessoas da comunidade precisaram criar estratégias para permanecer no território e preservar sua história.

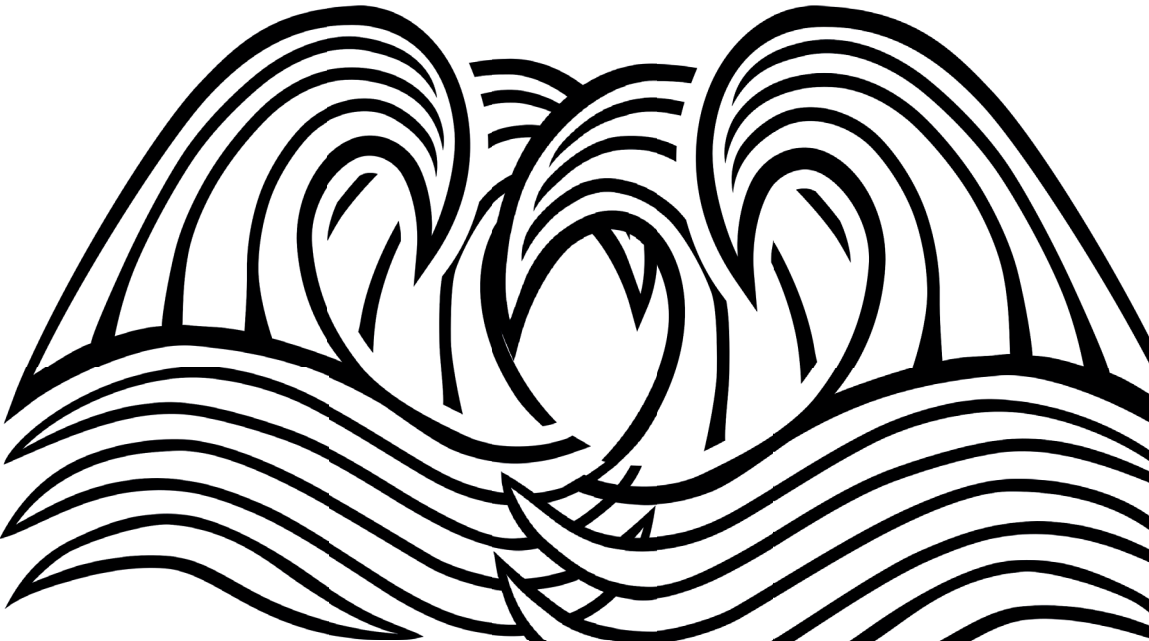
Práticas culturais como o Jongo aparecem neste eixo não como elementos folclóricos, mas como formas de transmissão de memória, de organização coletiva e de afirmação identitária. Por meio da cultura, da oralidade e da atuação das lideranças comunitárias, a história do quilombo segue sendo contada, atualizada e disputada no presente.

As atividades deste eixo convidam os estudantes a refletirem sobre o quilombo como uma realidade histórica e contemporânea, marcada pela continuidade das lutas por terra, identidade e direitos. A proposta é articular passado e presente, ajudando a compreender

que cultura, memória e território ganham sentido a partir das ações e das experiências das pessoas que vivem e constroem o quilombo no dia a dia — e que a luta por direitos inclui também a luta por reparação histórica.



ATIVIDADES DO EIXO 1



ATIVIDADE 1
Quem Guarda A História Do Bracuí?

TEXTO DE INTRODUÇÃO AO ESTUDANTE

Onde a história do Quilombo Santa Rita do Bracuí pode ser encontrada? A história de um lugar não está apenas nos livros. Ela é construída a partir de diferentes fontes, como os vestígios materiais deixados no espaço e as memórias das pessoas que vivem naquele território. No Quilombo Santa Rita do Bracuí, o passado pode ser conhecido tanto pelas ruínas dos antigos engenhos quanto pelas narrativas dos moradores da comunidade. Há dois engenhos na história do quilombo: o localizado próximo à Igreja de Santa Rita, associado ao trabalho escravo e com ruínas mais preservadas, e o mencionado abaixo por D. Marilda — uma fábrica de açúcar à beira-mar, hoje dentro de um condomínio privado, que não teve trabalho escravo.

As ruínas dos engenhos são vestígios materiais que indicam a existência de um espaço de trabalho ligado à produção de açúcar. Já as memórias compartilhadas por moradores mais velhos, como Dona Marilda, constituem narrativas de experiência que ajudam a compreender como esse lugar foi vivido e como a comunidade se organizou e se transformou ao longo do tempo.

Nesta atividade, você vai refletir sobre como a História é produzida a partir do diálogo entre diferentes tipos de fontes. Os vestígios materiais e as narrativas de memória não contam a história

sozinhos, mas se complementam na construção do conhecimento histórico sobre o quilombo.

FONTES HISTÓRICAS UTILIZADAS

- **Relato oral — Participação de D. Marilda** no Seminário "O caso do navio escravagista Camargo - Resgatando a materialidade de uma história brasileira e internacional sobre um crime contra a humanidade". Arquivo Nacional, realizado em 07 e julho de 2023. Minutagem: 1:46:00[1].

Transcrição:

> Hoje nós temos lá uma ruína de um engenho. Na verdade, era uma fábrica de açúcar na beira do mar, né? Que tá dentro de um condomínio que a gente não pode visitar nem levar os grupos... A gente até leva, mas logo fala: 'Olha, só pode olhar por fora, não pode fazer foto, não pode não sei quê'. Mas a ruína é nossa. (transcrição realizada pela autora)

O engenho a que D. Marilda se refere era uma fábrica de açúcar, sem trabalho escravo. O engenho que teve trabalho escravo ficava próximo à Igreja de Santa Rita — cujas ruínas hoje são um vestígio material ainda mais significativo da história do quilombo.

- **Relato oral – ponto de jongo sobre o território do Bracuí**

> Oi, gente, presta atenção na história que vou contar. Deitei minha cabeça na cabeceira do rio, mas o pé está lá no mar. Eu deitei minha cabeça na cabeceira do rio, mas o pé está lá no mar (Francisco; Abreu, 2025, p. 9).

---

1 O relato de D. Marilda está disponível no canal do Arquivo Nacional e pode ser acessado através do seguinte link: https://www.youtube.com/live/LViGARTCzs4?si=0cFIvh5U6M4v05S&t=6360. Acesso em: 20 maio 2026.

- **Registro audiovisual**

Assistir a participação de D. Marilda no seminário em:

- **Vestígio material — Imagem das ruínas do Engenho Central do Bracuhy**

Imagem 1 - Ruínas do Engenho Central do Bracuhy



Fonte: Angra Notícias

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Como é possível conhecer a história do Quilombo Santa Rita do Bracuí se grande parte dessa história não está registrada em documentos escritos, mas nas ruínas, na tradição oral e na memória dos moradores?

ENUNCIADO AO ESTUDANTE

Observe a imagem das ruínas do antigo engenho, assista ao trecho da entrevista de Dona Marilda e a letra do ponto de Jongo. Em seguida, responda:

a. Observe a imagem das ruínas. É possível identificar que tipo de construção era e como era usada? Por quê?
b. No depoimento de Dona Marilda, o que ela conta sobre as ruínas que hoje estão dentro de um condomínio particular?
c. É possível identificar o tamanho do território do quilombo através da letra do ponto de Jongo? De que forma?
d. De que maneira a memória das pessoas, principalmente dos mais velhos, e vestígios materiais, como as ruínas mostradas na foto, se complementam para contar a história de um lugar?
e. Converse com pessoas mais velhas que você, seja na sua casa, na escola ou em ouro lugar que você frequente. Escreva ou conte algo que você aprendeu sobre o seu bairro ou a sua cidade a partir do que essas pessoas mais velhas contaram para você.

ATIVIDADE COLETIVA

Simular uma busca por vestígios históricos na escola ou no entorno da comunidade (objetos, marcas no espaço, construções

antigas) e produzir um pequeno registro ilustrado com o título: "*O que o chão nos conta*?".

PRODUÇÃO ESPERADA

Texto explicativo de 3 a 5 linhas ou apresentação oral, reconhecendo a diversidade de fontes históricas e sua complementaridade na construção do conhecimento histórico e como isso está relacionado com o cotidiano do estudante.

ATIVIDADE 2
Duas Formas De Contar Um Acontecimento: O Caso Do Brigue Camargo

TEXTO DE INTRODUÇÃO AO ESTUDANTE

Uma mesma história pode ser contada de jeitos diferentes?

Um acontecimento do passado pode aparecer em documentos escritos e também na memória das pessoas que viveram ou ouviram falar dele. O naufrágio do Brigue Camargo foi noticiado nos jornais do século XIX — mas não entrou nos livros de História. Foi a memória transmitida pelos moradores do Quilombo Santa Rita do Bracuí que manteve esse acontecimento vivo ao longo do tempo.

Nesta atividade, você vai comparar essas duas formas de contar a história e refletir sobre o que cada uma revela. Fontes escritas e memórias orais não se opõem — elas se complementam na construção do conhecimento histórico sobre o passado.

FONTES HISTÓRICAS UTILIZADAS

- **Documento escrito —Trecho do jornal *Diário do Rio de Janeiro*, publicado em 12 de dezembro de 1852. O texto registra o primeiro "boato" que chegou à capital sobre o desembarque ilegal no Bracuí**

> [...]...circulava um boato na Corte sobre um desembarque de africanos no litoral sul da província fluminense. Em seguida, os africanos teriam sido encaminhados 'serra acima' (vale do café).

Fonte: DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 12/12/1852. *In:* FRANCISCO, Marilda de Souza; ABREU, Martha. História, memória e reparação: o museu somos nós. Bracuí: Edição das Autoras, 2025, p. 25

- **Relato oral – depoimento do sr. Manoel Moraes**

> Uma história que eu sei, que na última vez que o barco viajou de lá pra cá, cheio de escravos, porque estava proibido já a venda de escravos, não podia mais, né? Mas, não sei como é que fizeram, que ainda roubaram a oportunidade e arrumaram lá os escravos pra trazer pra cá, pra vender, pra vender novamente, né? Rapitalam os escravos lá, encheram o navio e trouxeram pra cá. Mas veio até aqui numa ilha com o nome... A ilha como é? Não, aqui... Cunhambéba. A ilha Cunhambéba, que confrenta o Frades. O barco, quando estava lá, passava o ferro de Cunhambéba pra entrar, pra trazer o pessoal pra cá, né? Pra segurar aqui. E ali, quando observaram, que vinha uma escorta atrás deles, pra prender eles. Polícia, né? Aí eles arrumaram... Na história diz que o navio tem um buraco, aquele pino saia, ia abrindo um buraco e a água invadia, né? Então foi assim. Alguns caíam na água. Então saltou bastante, morreu bastante. E o barco afundou na ponta da ilha, né? Que nos tempos atrás, então se via falar nesse barco que a pessoa pescava muito nele, porque dava muito peixe, né? E o pessoal procurava sempre aquele ponto ali pra poder pescar. Quando aí chegava o talento lá cá de novo, aí subia pra Santa Rita. Você já foi na Fazenda Santa Rita, né? Na Santa Rita, se eu não me engano, né? Então ali, talvez eles tivessem morrido pro outro lado. E subir e ir embora pra São Paulo.

- **Registro audiovisual**

Assista ao relato em[2]:



SITUAÇÃO-PROBLEMA

O que o jornal do século XIX e a memória oral da comunidade nos contam, juntos, sobre o naufrágio do Brigue Camargo?

ENUNCIADO AO ESTUDANTE

Leia o trecho do documento escrito e escute o relato oral da comunidade. Depois, responda:

a. O que o documento escrito informa sobre o naufrágio?
b. O que a memória oral relata sobre esse acontecimento?
c. Que informações aparecem nas duas fontes?
d. Que informações estão em um documento e não estão no outro, e vice-versa?
e. Essas duas fontes se completam? Explique como você chegou a essa conclusão.

---

2 O relato do senhor Manoel Moraes está disponível no canal do LABHOI UFF Oficial no YouTube e pode ser acessado através do link: https://youtu.be/S24tzYgaTA0?si=6l6dpFvqrRVnyLYU . Acesso em: 20 maio 2026.

ATIVIDADE COLETIVA

Criar um "varal de notícias", apresentando duas narrativas sobre o mesmo acontecimento (uma escrita e outra oral), destacando como diferentes lugares de observação produzem narrativas complementares sobre o passado.

PRODUÇÃO ESPERADA

Quadro comparativo entre fonte escrita e fonte oral, identificando semelhanças e complementaridades.

ATIVIDADE 3
O Fundo Do Mar Também Guarda História

TEXTO DE INTRODUÇÃO AO ESTUDANTE

Nem toda fonte histórica está em papel. Alguns acontecimentos do passado deixaram marcas no fundo do mar. O Brigue Camargo, incendiado e afundado para esconder um crime, deixou vestígios materiais que hoje são estudados pela arqueologia subaquática.

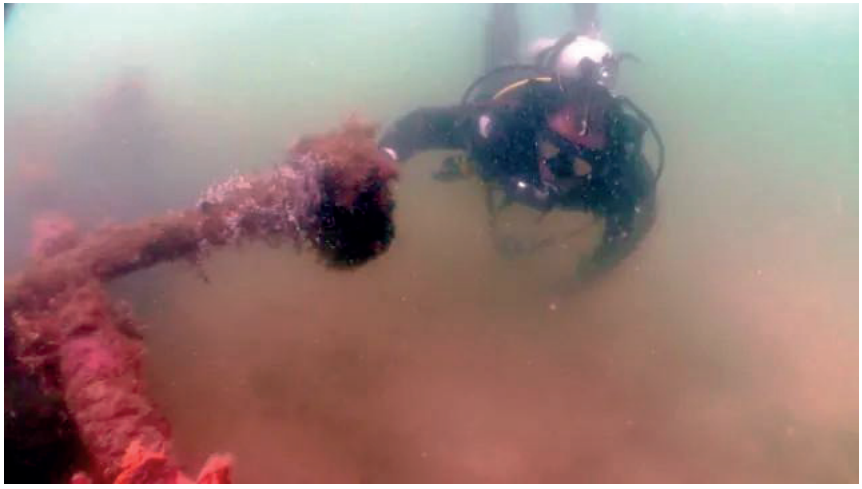
A arqueologia de naufrágios investiga restos de embarcações e objetos submersos para compreender acontecimentos históricos. Esses vestígios ajudam a confirmar a existência do navio, as circunstâncias do naufrágio e o contexto do tráfico ilegal de africanos no século XIX.

Nesta atividade, você vai refletir sobre como os vestígios encontrados no mar podem ser considerados fontes históricas e sobre o que eles revelam quando são analisados junto com documentos escritos e memórias.

FONTES HISTÓRICAS UTILIZADAS

- **Imagem**

Imagem 2 - Pesquisa arqueológica subaquática do Brigue Camargo.



Fonte: Extra Rio

- **Registro audiovisual** — saiba mais sobre a pesquisa de arqueologia subaquática nesse vídeo sobre as buscas pelo Camargo, a partir de[3]:

3 A reportagem sobre o Brigue Camargo pode ser acessada através do link: https://drive.google.com/drive/folders/1jU5bhEHdHaZ7LzNi40dpjLvfKvOqAi_s. Acesso em: 20 maio 2026.

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Como os vestígios encontrados no fundo do mar podem ajudar a comprovar e interpretar um acontecimento histórico que os historiadores não incorporaram às narrativas nacionais?

ENUNCIADO AO ESTUDANTE

Observe a imagem da pesquisa arqueológica e preste atenção no vídeo. Em seguida, responda:

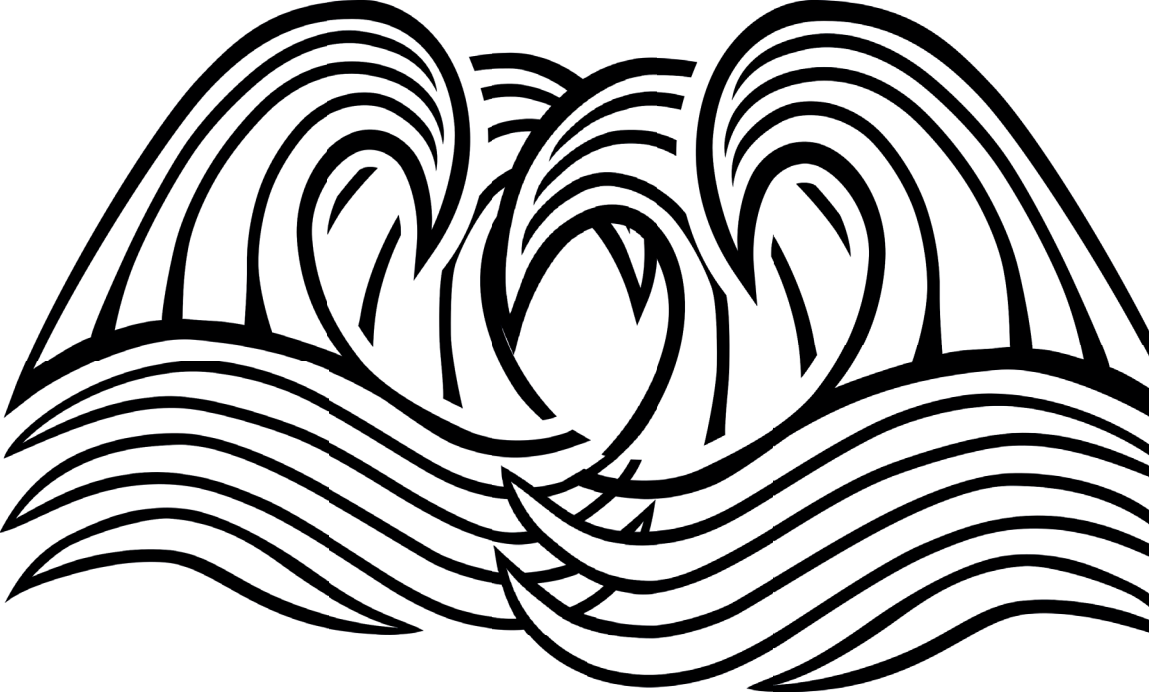
a. Que tipo de fonte histórica são os vestígios encontrados no mar?
b. O que esses vestígios ajudam a comprovar sobre o que acontece com o Brigue Camargo?
c. Por que a arqueologia é importante para estudar episódios ligados ao tráfico ilegal de africanos?
d. O que muda quando analisamos esses vestígios junto com a memória da comunidade e os documentos escritos?

ATIVIDADE COLETIVA

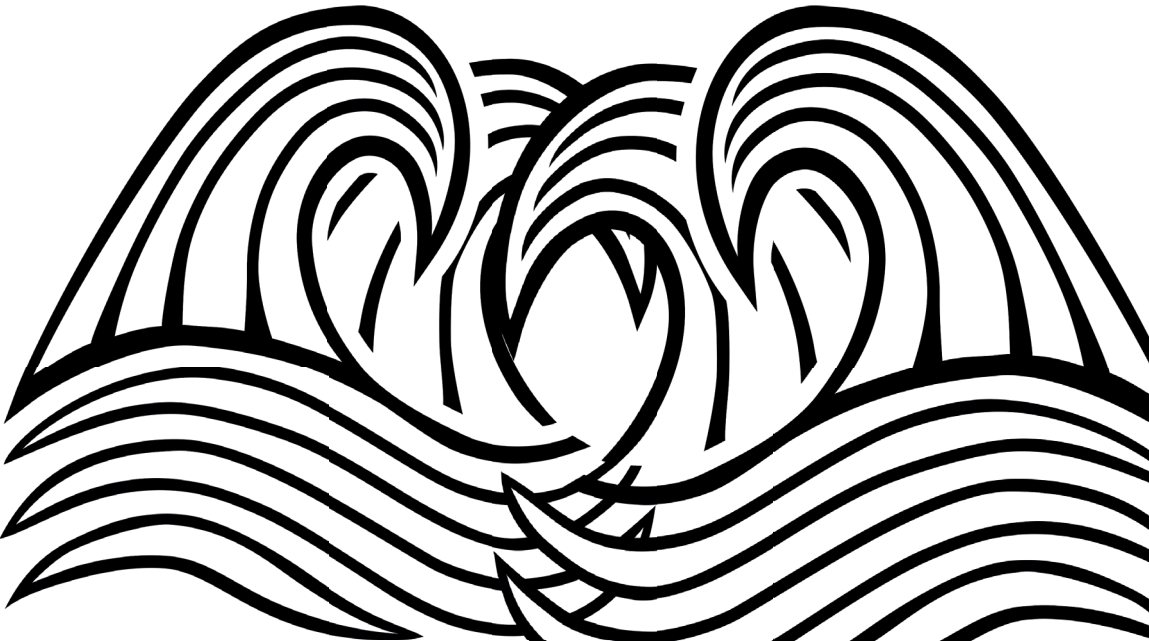
Produzir um pequeno esquema ilustrado com o título: "*O mar como arquivo da história*".

PRODUÇÃO ESPERADA

Texto explicativo de 3 a 5 linhas ou apresentação oral, reconhecendo a arqueologia subaquática como fonte histórica e relacionando-a à memória e aos documentos.



ATIVIDADES DO EIXO 2



ATIVIDADE 4
Lei E Realidade: Quando O Tráfico Se Tornou Ilegal

TEXTO DE INTRODUÇÃO AO ESTUDANTE

Ao longo do século XIX, o tráfico de africanos escravizados foi sendo proibido por leis. Em 1831 e, depois, em 1850, o Brasil declarou ilegal a entrada de pessoas escravizadas vindas da África. No entanto, essas leis não significaram o fim imediato do tráfico.

Mesmo após a proibição, navios continuaram trazendo africanos de forma clandestina. Essa contradição entre o que a lei dizia e o que acontecia na prática revela que o tráfico ilegal de pessoas escravizadas continuou existindo de maneira clandestina, sustentado por interesses econômicos e pela conivência das autoridades.

Nesta atividade, você vai analisar a distância entre a legislação e a realidade histórica, compreendendo por que o tráfico pôde continuar mesmo depois de proibido.

FONTES HISTÓRICAS UTILIZADAS

- **Documento escrito — Trecho da Lei Eusébio de Queirós (1850)**

> Art. 1º As embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte, e as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros, ou mares territoriaes do Brasil, tendo a seu bordo escravos, cuja importação he prohibida pela Lei de sete de novembro de mil oitocentos trinta e hum, ou havendo-os desembarcado, serão

> apprehendidas pelas Autoridades, ou pelos Navios de guerra brasileiros, e consideradas importadoras de escravos(...).
>
> Art. 4º A importação de escravos no território do Império fica nelle considerada como pirataria, e será punida pelos seus Tribunaes com as penas declaradas no Artigo segundo da Lei de sete de Novembro de mil oitocentos trinta e hum (Brasil, 1850).

Fonte: BRASIL. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do trafico de africanos neste Imperio. Rio de Janeiro, 4 set. 1850. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-581-4-setembro-1850-559820-publicacaooriginal-82230-pl.html. Acesso em: 20 maio 2026.

- **Registro audiovisual – vídeo sobre o tráfico ilegal**[4]



SITUAÇÃO-PROBLEMA

Se o tráfico de africanos foi proibido por lei em 1850, por que ele continuou acontecendo no Brasil?

4 O vídeo sobre o comércio ilegal de escravos está disponível no canal do LABHOI UFF Oficial, no YouTube, e também pode ser acessado pelo link: https://youtu.be/RuqQtDfa28o?si=xoj5FeBpbaQSx49T. Acesso em: 20 maio 2026.

ENUNCIADO AO ESTUDANTE

Leia o trecho da lei e a fonte histórica apresentada. Em seguida, responda:

a. O que a Lei Eusébio de Queirós determinava sobre o tráfico de pessoas africanas escravizadas?
b. O que o vídeo mostra sobre o que continuava acontecendo depois da lei?
c. Por que podemos dizer que existia uma diferença entre a lei e a prática social?
d. A lei previa que africanos apreendidos em navios ilegais deveriam ser libertados. Isso foi cumprido? Quem se beneficiava da continuidade do tráfico mesmo sendo ilegal?
e. Como lidamos hoje com leis que existem mas não são cumpridas? Você conhece algum exemplo?

ATIVIDADE COLETIVA

Elaborar um pequeno esquema com o título: "*O que a Lei Eusébio de Queirós (1850) dizia* × *o que acontecia de verdade* ".

PRODUÇÃO ESPERADA

Texto ou apresentação oral, relacionando a proibição legal do tráfico com sua continuidade na prática, e refletindo sobre o papel da sociedade quando leis não são cumpridas.

ATIVIDADE 5
O Brigue Camargo: Crime, Clandestinidade E Apagamento

TEXTO DE INTRODUÇÃO AO ESTUDANTE

O brigue Camargo foi uma embarcação envolvida no tráfico ilegal de africanos, incendiada e afundada propositalmente em 1852 nas proximidades da foz do rio Bracuí. Naquela época, o tráfico já era considerado um crime de pirataria pelas leis brasileiras, mas grandes fazendeiros da região organizaram suas propriedades para receber e recuperar os africanos que seriam levados serra acima para trabalharem como escravizados nas plantações de café do Vale do Paraíba. Entre essas fazendas, destacavam-se a de Santa Rita, pertencente ao Comendador Souza Breves, e a do Grataú, de seu afilhado, Pedro Ramos.

O incêndio do navio foi uma estratégia deliberada para destruir as provas materiais do crime e evitar que os responsáveis fossem punidos. Esse episódio revela que o tráfico não era apenas uma prática proibida, mas um sistema organizado de forma clandestina, baseado no ocultamento de informações.

Embora as autoridades da época tenham registrado o caso com muitos detalhes — e os responsáveis tenham sido identificados e processados — a historiografia tradicional do século XX preferiu silenciar essa história por muito tempo. Esse silenciamento nos livros escolares e nas narrativas nacionais é o que chamamos de apagamento histórico. Enquanto os livros calavam, a memória oral da comunidade

quilombola do Bracuí preservou a lembrança desse acontecimento, garantindo que a história de seus antepassados não fosse esquecida.

Nesta atividade, você vai analisar como a tentativa de esconder o crime produziu um apagamento nas narrativas da história do Brasil e como a força da palavra dos moradores ajudou a manter viva essa memória.

FONTES HISTÓRICAS UTILIZADAS

- **Documento escrito 1 — Registro policial**

> No interrogatório referente ao desembarque de Bracuí, os homens que ficaram presos declararam que viram canoas de moradores das ilhas da redondeza junto à embarcação que trazia africanos; mas *lamentavam não se recordarem dos nomes dos vizinhos ou ignorarem quem eram*. Quanto à embarcação e à sua tripulação, responderam que *nada sabiam*.

Fonte: AESP - ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Polícia. C 2467. Cópia do interrogatório feito pelo Juiz Municipal Substituto Coronel João de Bacellar da Silva Leite a moradores das imediações de Ilha Grande. 14 dez. 1852. *Apud* ALONSO, Priscila de Lima. O vale do nefando comércio: o tráfico de africanos no Vale do Paraíba (1830-1860). 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

- **Documento escrito 2 — Texto histórico**

> Na correspondência entre o delegado de Angra dos Reis, juízes, chefes de polícia e o próprio imperador, ficamos sabendo de muitos detalhes [do caso Camargo]. Em 1853, o Comendador Luciano José de Almeida foi indiciado e José Breves pronunciado por cumplicidade no contrabando. Mais tarde, os que escreviam a história do Brasil silenciaram sobre esse período.

Fonte: FRANCISCO, Marilda de Souza; ABREU, Martha. História, memória e reparação: o museu somos nós. Niterói: Ed. das Autoras, 2025.

- **Imagem – Navio semelhante ao Brigue Camargo**

Imagem 3 - Brigue da Costa do Maine pintado pelo norte-americano Fitz Henry Lane em 1851: navio é similar às descrições do Camargo



Fonte: Reprodução AfrOrigens/Aventuras Produções.

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Por que o episódio do brigue Camargo foi silenciado pelos historiadores nas narrativas nacionais, mesmo sendo um acontecimento documentado e tão grave?

ENUNCIADO AO ESTUDANTE

Leia as fontes e responda:

a. O que o registro policial revela sobre o crime e sobre quem estava envolvido?

b. Segundo o texto histórico, o caso Camargo foi registrado pelas autoridades da época? O que aconteceu com os responsáveis?
c. Por que o navio foi incendiado e afundado?
d. Se o crime foi documentado e os responsáveis foram processados, por que esse episódio desapareceu dos livros de História?
e. O que o silêncio dos historiadores sobre esse episódio revela sobre como a história do tráfico ilegal foi contada no Brasil?

PRODUÇÃO ESPERADA

Texto explicativo ou relato oral, relacionando clandestinidade e apagamento histórico.

ATIVIDADE COLETIVA

Produzir um pequeno cartaz com o título: "*Um crime que tentaram esconder - será que conseguiram?*"

ATIVIDADE 6
Tráfico Ilegal E Formação Do Quilombo Santa Rita Do Bracuí

TEXTO DE INTRODUÇÃO AO ESTUDANTE

A história do Quilombo Santa Rita do Bracuí está ligada ao contexto do tráfico ilegal de pessoas escravizadas. Os antepassados da comunidade eram africanos escravizados que trabalhavam na Fazenda Santa Rita, plantavam açúcar e foram testemunhas de todas as atividades do tráfico clandestino — um crime contra a humanidade.

Após a abolição da escravidão no Brasil, em 1888, os escravizados não receberam terras nem reparação. Muitos, como no Bracuí, buscaram permanecer no território como forma de resistência e manutenção de suas vidas e cultura. Pelas inúmeras dificuldades para se manterem na antiga fazenda ao longo do século XX, os moradores utilizaram a Constituição de 1988 e o Decreto Federal nº 4.887/2003 — que garante às comunidades quilombolas o direito de ter suas terras reconhecidas e tituladas pelo Estado — para buscar o reconhecimento como comunidade quilombola. A memória do tráfico e a vida em comunidade desde o século XIX fortalecem sua luta pela permanência no território.

Nesta atividade, você vai relacionar o tráfico ilegal com a formação do quilombo, compreendendo que o Bracuí é resultado de um processo histórico marcado por violência, apagamento e resistência.

FONTES HISTÓRICAS UTILIZADAS

- **Documento escrito — Texto histórico sobre a formação do Quilombo Santa Rita do Bracuí**

  O Quilombo Santa Rita do Bracuí tem sua origem na antiga Fazenda Santa Rita, uma propriedade escravista em Angra dos Reis que, no século XIX, funcionou como um ponto estratégico de recepção para o tráfico ilegal de africanos. A fazenda pertenceu ao Comendador José Joaquim de Souza Breves, um dos maiores proprietários de terras e pessoas escravizadas do Brasil Império. Ao falecer, em 1879, Breves deixou registrado em seu testamento a alforria de seus trabalhadores e a doação de lotes de terra para que as pessoas que ali viviam e trabalhavam permanecessem no território.

  Apesar de registrada no testamento de 1879, a transmissão legal da propriedade nunca foi titulada ou reconhecida pelo Estado brasileiro. As famílias negras resistiram e permaneceram na terra, construindo uma comunidade fundamentada em laços de parentesco, no uso comum dos recursos naturais e em uma autonomia conquistada ainda no período do cativeiro. A memória desse direito à terra foi preservada por gerações através da tradição oral e de práticas culturais como o Jongo, funcionando como uma estratégia política de um grupo não letrado para garantir que sua história e seus direitos não fossem apagados. Esse legado histórico e a manutenção dos pontos de memória no território são, ainda hoje, os pilares da luta pelo reconhecimento definitivo do território quilombola.

Texto adaptado a partir de FRANCISCO; ABREU (2025).

- **Registro audiovisual**

Vídeo do sr. Manoel Moraes e D. Marilda falando sobre a Fazenda Santa Rita do Bracuí enquanto local de recepção de escravizados e "ponto de engorda"[5].

Assista em:



- **Relato oral - Ponto de Jongo:**

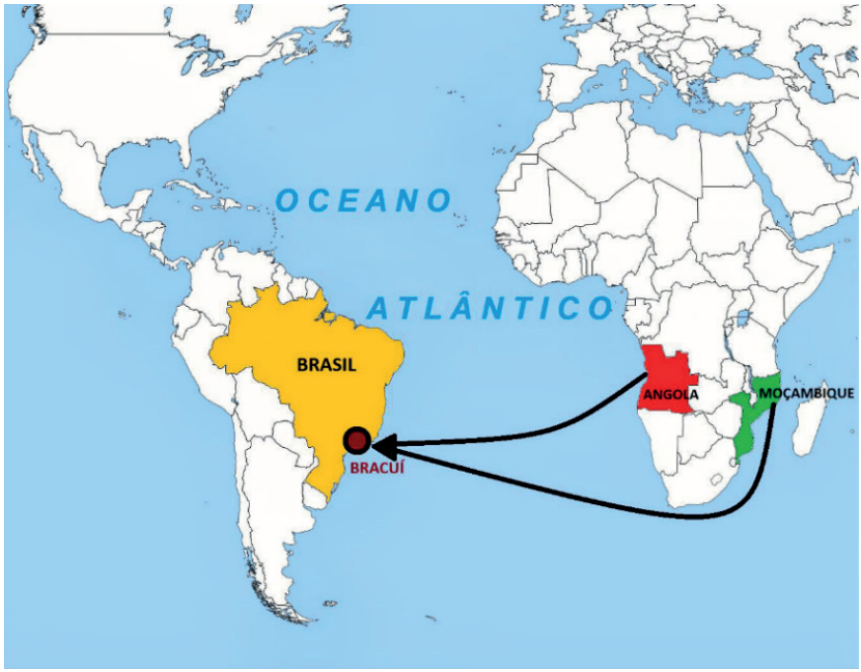
"Eu sou filho de Moçambique gente, sou negro sim senhor."

Fonte: ASSOCIAÇÃO DE REMANESCENTES DO QUILOMBO SANTA RITA DO BRACUÍ (ARQUISABRA). Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica e sociocultural do Quilombo de Santa Rita do Bracuí. Angra dos Reis, 2009; p. 49, 52 e 74.

5 O vídeo com os relatos do Sr. Manoel e da D. Marilda está disponível no YouTube e pode ser acessado pelo link: https://www.youtube.com/watch?v=-VPRqWOePsR4 . Acesso em: 20 maio 2025.

- **Imagem**

Mapa 1 - Mapa das principais rotas de tráfico ilegal para o Bracuí



Crédito: Emmanuel Santos Vilas Boas

SITUAÇÃO-PROBLEMA

O que o tráfico ilegal de africanos tem a ver com a existência do Quilombo Santa Rita do Bracuí hoje?

ENUNCIADO AO ESTUDANTE

Leia os textos e responda:

a. Em que contexto histórico se formou a comunidade do Bracuí?

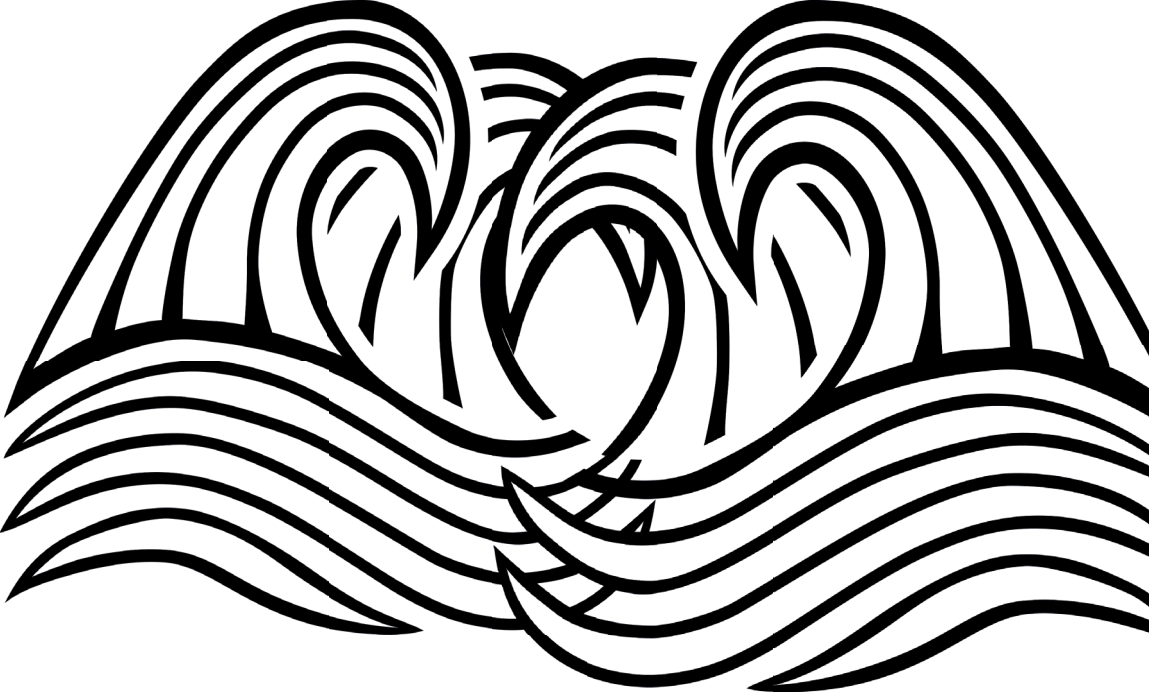
b. Que relação existe entre tráfico ilegal e presença negra na região?
c. Por que a permanência no território pode ser entendida como forma de resistência?
d. Que consequências desse passado ainda aparecem no presente?

PRODUÇÃO ESPERADA

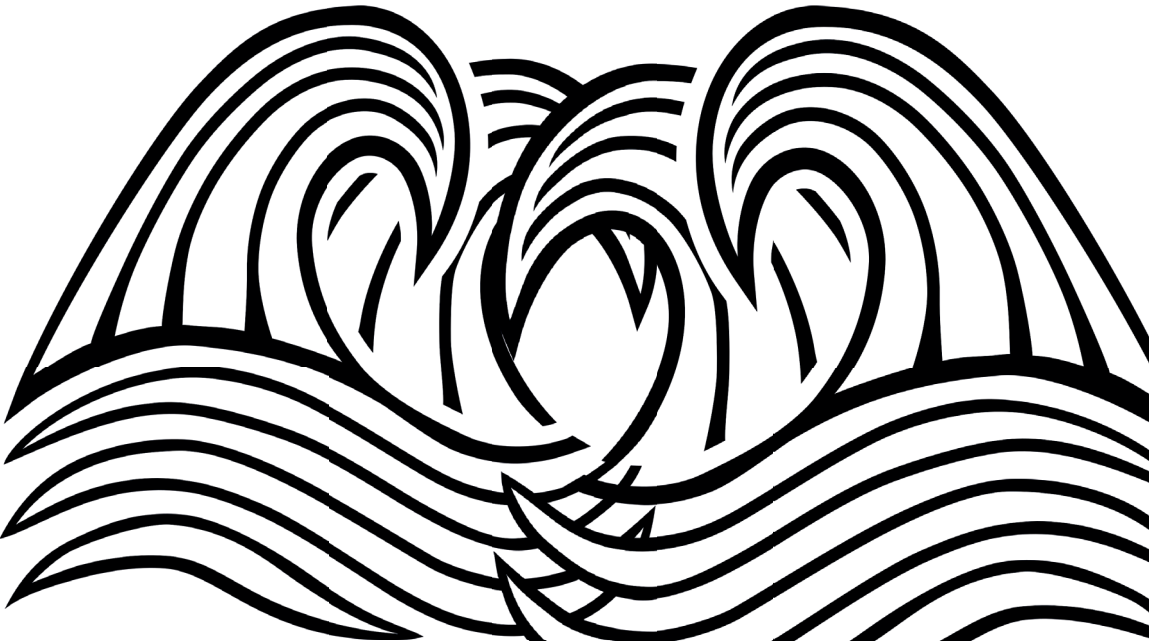
Texto explicativo de 3 a 5 linhas, relacionando tráfico ilegal e formação do quilombo.

ATIVIDADE COLETIVA

Construir uma linha do tempo sobre os principais acontecimentos apresentados nessa atividade.



ATIVIDADES DO EIXO 3



ATIVIDADE 7
“Africanos Livres”: A Liberdade Que A Lei Não Garantiu

TEXTO DE INTRODUÇÃO AO ESTUDANTE

Você sabia que, pela Lei de 1831, todos os africanos que chegaram no brigue Camargo em 1852 eram, por lei, pessoas livres? No entanto, traficantes e fazendeiros os tratavam como escravizados, ignorando o que a lei determinava.

Quando a polícia conseguia resgatar essas pessoas de navios ou fazendas ilegais, elas recebiam o nome de “africanos livres”. Mas essa liberdade era muito estranha: em vez de poderem ir para onde quisessem, ficavam sob tutela do governo e eram obrigadas a trabalhar por muitos anos em obras públicas, recebendo quase nada por isso. Muitos eram crianças e adolescentes — da mesma idade que você.

Entre os 73 africanos do Camargo apreendidos e levados para a Casa de Detenção do Rio de Janeiro, havia um homem chamado Braz. Ele tinha cerca de 31 anos, falava muito bem o português e, ao ser interrogado pela polícia, disse algo surpreendente: que era “dos depois da lei de 7 de novembro de 1831”. Braz sabia que era livre por lei — e reivindicou esse direito.

Nesta atividade, você vai conhecer algumas dessas pessoas e refletir sobre o que significa ser “livre” quando a lei existe mas não é cumprida.

FONTES HISTÓRICAS UTILIZADAS

- **Documento escrito — Trecho histórico sobre os africanos do Camargo**

> Na lista dos apreendidos do Camargo que estavam na Casa de Detenção do Rio de Janeiro, despontava um 'preto Braz'. Ele aparentava ter 31 anos, falava muito bem o português e foi classificado como Benguela. Ao ser inquirido, alegou que era 'dos depois da lei de 7 de novembro de 1831'. A maior parte dos africanos era muito jovem: eram quase crianças os que teriam desembarcado do Camargo. Do presídio, seguiram para outras experiências de trabalho compulsório destinados aos 'africanos livres'. Até 1864, quando o governo imperial efetivou a emancipação geral, os africanos chegados pelo Bracuí viveram sob a tutela do Estado brasileiro, em uma liberdade bastante precária, sendo forçados a prestar serviços em obras públicas, em um trabalho muito próximo à escravidão.

Fonte: FRANCISCO, Marilda de Souza; ABREU, Martha. História, memória e reparação: o museu somos nós. Niterói: Ed. das Autoras, 2025, p.30

- **Imagem — Placa do Memorial Passados Presentes no Quilombo do Bracuí**

Imagem 4 - Lista com nomes e idades dos africanos sobreviventes do brigue Camargo, resgatados pelas autoridades imperiais em 1853. As informações originais estão no Arquivo Nacional, Série Justiça, Prisões, IJ7, Pasta 12, Casa de Correção, 1852-1853.



13	Luiz	Mucena	20
14	Narcizo	Moçambique	22
15	Domingos	Quilimane	12
16	Daniel	Mucena	29
17	Francisco	Moçambique	12
18	-	-	-
19	Romão	Moçambique	30
20	Gregorio	Moçambique	24
21	Damião	Quilimane	14

39	Braz	Benguela	28
40	Estevão	Quilimane	14
41	Simplicio	Quilimane	16
42	Joaquim	Quilimane	14
43	Simão	Quilimane	14
44	Matheus	Congo	18
45	Domingos	Mucena	14
46	Romão	Quilimane	12
47	Francisco	Quilimane	15

65	Romão	Quilimane	28
66	Vicente	Quilimane	20
67	Gaspar	Cabundá	20
68	Antonio	Quilimane	20
69	Havier	Quilimane	16
70	Jacob	Quilimane	15
71	Faustino	Mucena	18
72	Januario	Moçambique	14
73	Manoel	Mucena	12

Fonte: Livro "*História, memória e reparação: o museu somos nós*", de Martha Abreu e Marilda Francisco.

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Se a lei de 1831 declarava livres todos os africanos trazidos ilegalmente para o Brasil, por que o governo os mantinha presos e sob tutela? O que o caso de Braz revela sobre o que os africanos sabiam sobre seus próprios direitos?

ENUNCIADO AO ESTUDANTE

Leia o texto e observe a imagem da placa do Memorial. Em seguida, responda:

a. Observe a listagem da placa do Memorial. Qual era a idade da maioria das pessoas capturadas? Por que você acha que o tráfico trazia pessoas tão jovens?
b. O que Braz quis dizer ao afirmar que era "dos depois da lei de 1831"? O que isso revela sobre o que os africanos sabiam sobre as leis brasileiras?
c. Qual a diferença entre ser "escravizado" e ser "africano livre" na prática daquela época? Essa liberdade era real?
d. Por que o tráfico ilegal de africanos é considerado um crime contra a humanidade, mesmo tendo sido tolerado por muitas autoridades da época?
e. O que a história de Braz e das pessoas da lista nos ensina sobre resistência?

ATIVIDADE COLETIVA

Em pequenos grupos, escolham um dos nomes da lista do Memorial e criem um "Cartão de Identidade Histórica", com a origem, a idade e uma frase sobre o direito à liberdade que lhe foi negado — e que ele ou ela não deixou de reivindicar.

PRODUÇÃO ESPERADA

Texto de 3 a 5 linhas ou apresentação oral, respondendo à pergunta: o que a história de Braz e das pessoas da lista do Memorial nos revela sobre a luta por direitos no século XIX.

ATIVIDADE 8
O Que Foi Silenciado Na História Do Bracuí, De Angra E Do Brasil?

TEXTO DE INTRODUÇÃO AO ESTUDANTE

Nem tudo o que aconteceu no passado aparece nos livros de História. Alguns acontecimentos são esquecidos, outros são pouco registrados, e há também casos em que o silêncio é resultado de interesses políticos, econômicos ou sociais.

No caso do brigue Camargo e do tráfico ilegal de africanos, o silêncio histórico está ligado ao fato de que se tratava de um crime. Reconhecer esse episódio significaria admitir que o tráfico continuou mesmo depois de proibido por lei e que autoridades e elites locais participaram desse processo. Por isso, os historiadores que escreveram a história do Brasil durante muito tempo preferiram não contar essa história.

Mas o silêncio dos livros não apagou a memória. A comunidade do Quilombo Santa Rita do Bracuí guardou esse passado por gerações, transmitindo-o pela palavra, pela música e pelo modo de viver. Nesta atividade, você vai refletir sobre por que certos acontecimentos não são contados nos livros de História — e sobre quem os manteve vivos.

FONTES HISTÓRICAS UTILIZADAS

- **Documento escrito 1 — Texto histórico**

> Um passado marcado pelo tráfico de escravos, pela escravidão e pela luta pela terra, que até então não havia alcançado a historiografia, nem os livros didáticos; um processo que havia sido sepultado pela história, embora nunca tenha morrido na tradição oral de seus protagonistas negros e descendentes de escravos.

Fonte: MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; SOUZA, Mirian Alves de; COUTO, Patrícia Brandão. Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica e sociocultural do Quilombo de Santa Rita do Bracuí. Niterói: UFF/INCRA, 2009, p. 7.

- **Documento escrito 2 — Texto histórico**

> Mais tarde, os que escreviam a história do Brasil também silenciaram sobre esse período e só recentemente os historiadores têm contribuído para uma ampla revisão da escravização ilegal e para as necessárias ações de reparação.

Fonte: FRANCISCO, Marilda de Souza; ABREU, Martha. História, memória e reparação: o museu somos nós. Niterói: Ed. das Autoras, 2025.

- **Relato oral — Depoimento de D. Marilda**

> O povo negro sempre guardou a sua história, só que não interessava a ninguém, interessava só a nós. A história ficava com a gente. E eu sempre digo: nós somos um museu ambulante, nós temos a nossa história nos nossos traços, no nosso jeito de ser, na nossa cor, no nosso tudo. O museu somos nós.

Fonte: FRANCISCO, Marilda de Souza. In: FRANCISCO, Marilda de Souza; ABREU, Martha. História, memória e reparação: o museu somos nós. Niterói: Ed. das Autoras, 2025.

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Por que o episódio do brigue Camargo não aparece nos livros de História — e quem garantiu que essa história não fosse esquecida?

ENUNCIADO AO ESTUDANTE

Leia as três fontes e responda:

a. Segundo os dois textos históricos, o que aconteceu com a história do tráfico ilegal nos livros e na historiografia?
b. O que o relato de D. Marilda revela sobre como a comunidade preservou sua história?
c. Por que certos acontecimentos podem ser considerados "incômodos" para quem escreve a história oficial?
d. O que significa D. Marilda dizer que "o museu somos nós"?
e. O silêncio sobre o tráfico ilegal e a escravidão no Brasil é apenas um problema do passado — ou ainda tem consequências hoje?

PRODUÇÃO ESPERADA

Texto explicativo de 5 a 7 linhas ou apresentação oral, relacionando apagamento histórico, crime e memória oral.

ATIVIDADE COLETIVA

Elaborar um pequeno mural com o título: "*Histórias que quase não aparecem nos livros*" — e discutir: quem as guardou?

ATIVIDADE 9
O Encontro De Saberes: Quem Conta A História?

TEXTO DE INTRODUÇÃO AO ESTUDANTE

Durante muito tempo, a História do Brasil foi contada principalmente sob o ponto de vista de autoridades e representantes do Estado. Muitos historiadores do século XX também acabaram silenciando sobre as experiências de grupos como os africanos escravizados ilegalmente e seus descendentes.

No entanto, esse cenário está mudando. No Quilombo Santa Rita do Bracuí, a memória oral e a tradição dos moradores preservaram fatos que os livros escolares não mostravam. Hoje, historiadores e quilombolas trabalham como aliados para reconstruir o passado. Um exemplo desse reconhecimento é o título de Notório Saber concedido a Dona Marilda de Souza Francisco pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Esse título reconhece oficialmente que o conhecimento que nasce dentro da comunidade é tão legítimo e importante quanto o que nasce na universidade.

Nesta atividade, você vai refletir sobre como diferentes sujeitos produzem conhecimento histórico e como a união desses saberes ajuda a contar uma história mais completa do nosso país.

FONTES HISTÓRICAS UTILIZADAS

- **Imagem — Foto de Dona Marilda com título de Notório Saber em "Saberes, Artes e Ofícios Tradicionais"**

Imagem 5 - D. Marilda recebe título de *Honoris Causa*



Crédito: João Fanara

- **Registro audiovisual — Vídeo sobre a origem do quilombo e a importância do Jongo e da preservação da memória[6]:**

Assista em:



SITUAÇÃO-PROBLEMA

Muitas pessoas acham que a história só existe se estiver escrita em documentos. Mas, no Bracuí, foi a palavra dos moradores que indicou aos arqueólogos onde procurar vestígios do navio Camargo. Como a união entre o que a comunidade sabe e o que a universidade pesquisa pode transformar o que aprendemos na escola?

ENUNCIADO AO ESTUDANTE

Observe a imagem e assista ao documentário. Em seguida, responda:

a. O que significa a universidade conceder o título de Notório Saber a uma liderança quilombola como Dona Marilda?
b. Que tipo de conhecimento os moradores do Bracuí preservaram que não aparecia nos livros didáticos?

---

6 O vídeo "*Angra dos Reis - Consciência Quilombola*" está disponível no canal mapadecultura RJ, no YouTube, e pode ser acessado através do link: https://youtu.be/TKHgpfSinCk?si=WAoZ5V_fOdEs6wqB. Acesso em: 20 maio 2026.

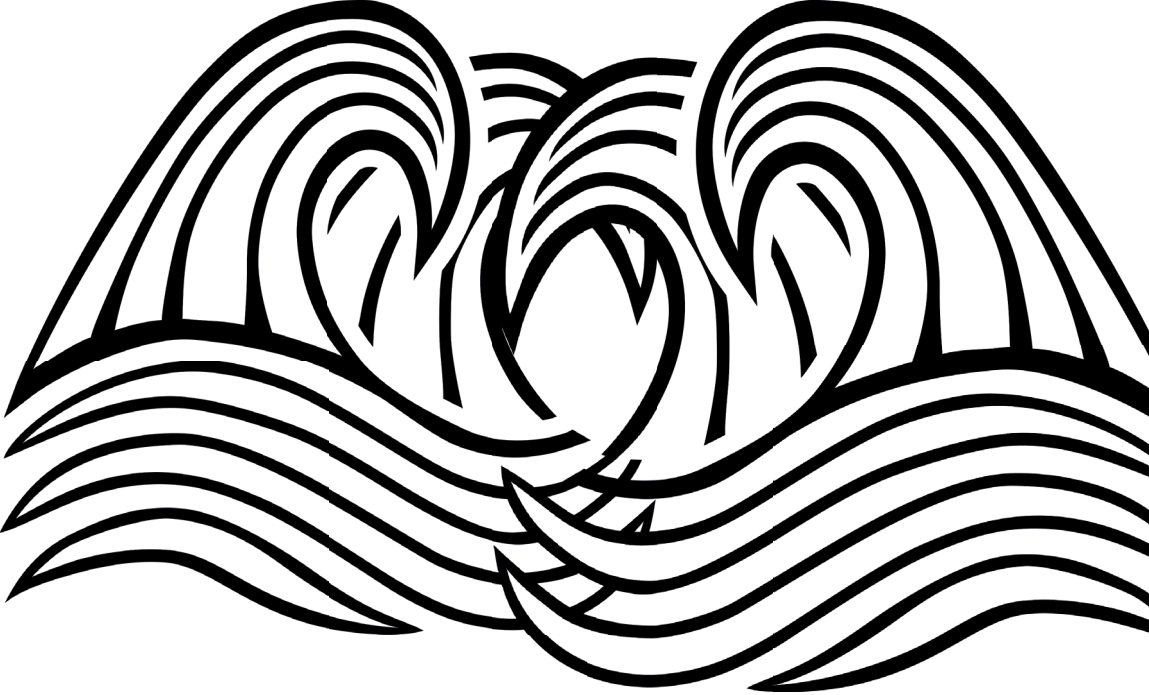
c. Por que o diálogo entre a memória oral e os documentos históricos é importante para entendermos o crime do tráfico ilegal?
d. De que forma a universidade também aprende e se fortalece ao pesquisar junto com a comunidade do Bracuí?
e. Na sua opinião, quem tem o direito de contar a história de um lugar — os historiadores, os moradores, ou os dois juntos? Por quê?

ATIVIDADE COLETIVA

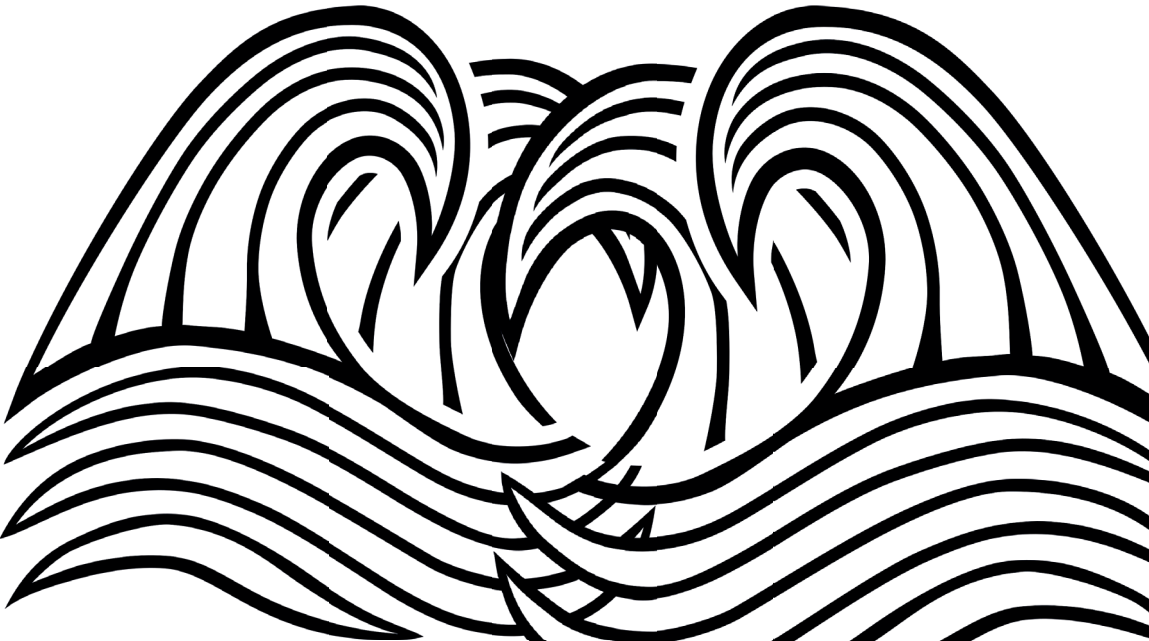
Organizar uma "Roda de Saberes" na escola, convidando moradores mais velhos e pesquisadores locais para compartilharem memórias e documentos sobre a história do bairro ou da comunidade.

PRODUÇÃO ESPERADA

Texto argumentativo curto, respondendo à pergunta: "*Por que a memória dos moradores do Bracuí é uma forma legítima de conhecimento histórico?*"



ATIVIDADES DO EIXO 4



ATIVIDADE 10
Progresso Para Quem?

TEXTO DE INTRODUÇÃO AO ESTUDANTE

A Rodovia Rio-Santos foi construída como parte de um projeto de desenvolvimento e integração do litoral fluminense. Para o governo, a estrada representava progresso, crescimento econômico e modernização da região. Para muitas famílias que chegaram à região atraídas pelo desenvolvimento, a rodovia representou oportunidades de trabalho e moradia.

No entanto, para comunidades tradicionais como o Quilombo Santa Rita do Bracuí, a estrada significou algo muito diferente. A abertura da rodovia facilitou a entrada de grandes empreendimentos e condomínios, valorizando as terras próximas ao mar. Áreas que antes eram ocupadas coletivamente passaram a ser disputadas por empresas e particulares, gerando processos de expulsão e restrição de acesso ao território tradicional. Para o quilombo, a rodovia significou perda de acesso ao mar, pressão sobre o território e ameaça ao modo de vida construído por gerações.

Nesta atividade, você vai analisar o significado do "progresso" a partir de diferentes pontos de vista e refletir sobre quem se beneficiou e quem foi prejudicado pelas transformações no território do Bracuí.

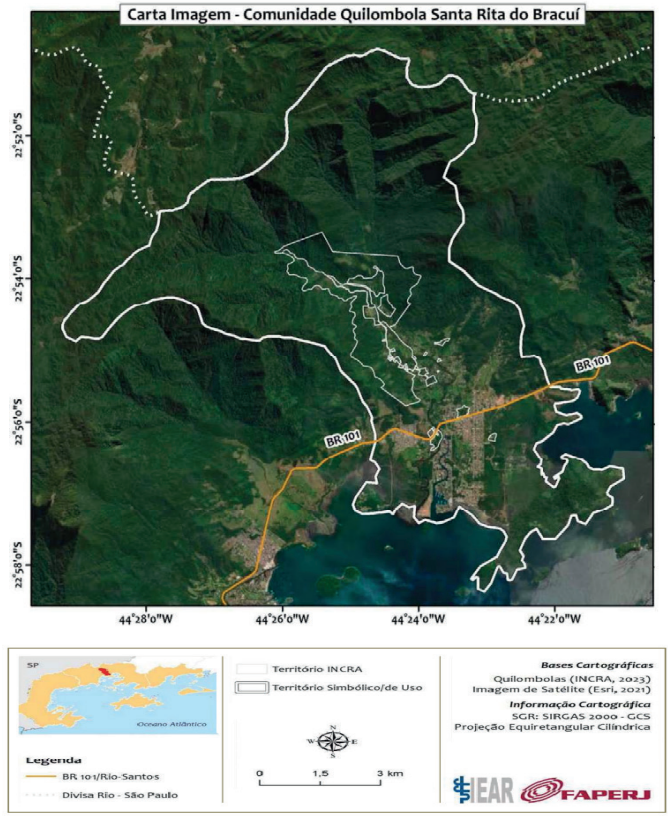
FONTES HISTÓRICAS UTILIZADAS

Relato oral – Ponto de Jongo de d. Marilda

Oi, gente, presta atenção na história que vou contar. Deitei minha cabeça na cabeceira do rio, mas o pé está lá no mar. Eu deitei minha cabeça na cabeceira do rio, mas o pé está lá no mar.

- **Imagem - Mapa do Bracuí**

Mapa 2 - Mapa do território tradicional do Bracuí antes e depois da Rodovia Rio-Santos



Fonte: revista "Quilombo de Santa Rita do Bracuí"

SITUAÇÃO-PROBLEMA

A construção da Rodovia Rio-Santos representou progresso para todos da mesma forma?

ENUNCIADO AO ESTUDANTE

Observe o mapa e leia o ponto de Jongo de D. Marilda. Em seguida, responda:

a. Que mudanças podem ser percebidas no território do Bracuí depois da construção da estrada?
b. O que o ponto de jongo revela sobre a relação da comunidade com o território?
c. Quem se beneficiou com as transformações territoriais trazidas pela rodovia?
d. Que problemas concretos a construção da rodovia trouxe para o território e o modo de vida do Quilombo Santa Rita do Bracuí?
e. A construção da rodovia ajudou a criar conflitos pela posse da terra no Bracuí. Por que isso aconteceu?

PRODUÇÃO ESPERADA

Texto explicativo de 5 a 7 linhas ou apresentação oral, analisando a estrada como processo histórico que produziu ganhos e perdas diferentes para grupos sociais distintos.

ATIVIDADE COLETIVA

Elaborar um mapa mental com o título: "*Quilombo Santa Rita do Bracuí: Antes da estrada BR-101× Depois da estrada BR-101*".

ATIVIDADE 11
O Jongo: Cultura, Memória E Resistência

TEXTO DE INTRODUÇÃO AO ESTUDANTE

O Jongo é uma manifestação cultural de origem africana praticada por comunidades negras no sudeste do Brasil. No Quilombo Santa Rita do Bracuí, o Jongo é mais do que uma dança ou uma música: ele é uma forma de transmitir histórias, valores e experiências de vida.

Por meio das cantigas, dos tambores e da roda, os jongueiros preservam memórias de seus antepassados e mantêm viva uma herança cultural construída durante a escravidão. O reconhecimento do Jongo como patrimônio cultural brasileiro mostra que práticas culturais também são formas de registro do passado.

Nesta atividade, você vai analisar o Jongo como expressão de memória coletiva e como forma de resistência cultural ao longo do tempo.

FONTES HISTÓRICAS UTILIZADAS

- **Imagem**

Imagem 6 - Foto de roda de Jongo do
Quilombo Santa Rita do Bracuí



Fonte: Ponto de cultura do Jongo - UFF

- **Registro audiovisual – Angra dos Reis – Consciência quilombola**

Assista em[7]:



SITUAÇÃO-PROBLEMA

O Jongo pode ser considerado uma forma de resistência e uma fonte histórica?

ENUNCIADO AO ESTUDANTE

Observe a imagem e veja o vídeo. Preste atenção na letra do Jongo. Depois, responda:

a. Que elementos do Jongo estão ligados à história da população negra?

b. Que tipo de memória é transmitida por meio das cantigas e da dança?

c. Por que o Jongo pode ser visto como forma de resistência cultural e política?

---

7 O vídeo "*Angra dos Reis - Consciência Quilombola*" está disponível no canal mapadecultura RJ, no YouTube, e pode ser acessado através do link: https://youtu.be/TKHgpfSinCk?si=WAoZ5V_fOdEs6wqB. Acesso em: 20 maio 2026.

d. Que tipo de denúncia é feita através da letra desse ponto de Jongo?

ATIVIDADE COLETIVA

Criar um pequeno glossário ilustrado com palavras e símbolos ligados ao Jongo, reunindo outras letras relacionadas ao quilombo Santa Rita do Bracuí.

ATIVIDADE 12
Memória, Território E Luta Por Direitos

TEXTO DE INTRODUÇÃO AO ESTUDANTE

Após a abolição da escravidão, as populações negras libertas não receberam terras nem apoio do Estado. Permanecer nos territórios onde viviam passou a ser uma estratégia de sobrevivência e resistência.

O direito à liberdade e à terra para as famílias do Bracuí nasceu em 1878, registrado no testamento do Comendador José Breves. No entanto, por quase cem anos, o Estado não reconheceu esse documento. Foi apenas em 1978, em meio a muitos conflitos, que a comunidade conseguiu levar essa história à justiça para provar que o território era deles por herança.

A luta pela titulação do território quilombola é um processo político e jurídico que envolve documentos, mapas, pesquisas históricas e relatos dos moradores. Nesse sentido, a memória coletiva não é apenas lembrança do passado, mas também instrumento de luta por justiça e reparação histórica.

Nesta atividade, você vai refletir sobre como o passado é mobilizado no presente para garantir direitos territoriais e reconhecimento social.

FONTES HISTÓRICAS UTILIZADAS

- **Documento escrito — Reportagem sobre a pré-titulação do Quilombo Santa Rita do Bracuí**

> Na festa do Dia Estadual do Jongo, realizada em 26 de julho, a comunidade quilombola de Santa Rita do Bracuí, situada em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, teve um motivo especial para comemorar. Na ocasião, foi anunciada a publicação da portaria do Incra reconhecendo as 129 famílias descendentes de pessoas que foram escravizadas em área de 616 hectares.
>
> "A terra é a nossa mãe, e mãe não se vende, não se dá. Então vamos lutar por nossa mãe": com essas palavras a griô (espécie de guardiã da memória) quilombola Marilda de Souza Francisco homenageou José Adriano, o morador mais antigo da comunidade até falecer há cerca de cinco anos. "Ao comemorar essa conquista, lembro sua fala, que ainda na ditadura liderou as lutas no quilombo. Ele defendia e acreditava na titulação, não deixava a gente desanimar. Mas, infelizmente, partiu antes de ver essa vitória", emocionou-se.
>
> O local integrava a antiga fazenda de Santa Rita do Bracuhy, de propriedade do comendador José Breves. Em seu testamento, aberto em 1879, ele libertou todos os escravizados e fez uma doação formal da propriedade para os que ali residiam, antepassados dos atuais moradores. Apesar disso, desde os anos 1960, os quilombolas lutam contra grileiros e condomínios de luxo para se manter nas terras herdadas por direito.

Trecho da reportagem retirada de https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/comunidade-quilombola-em-angra-dos-reis-rj-tem-territorio-reconhecido. Acesso em 04 fev. 26.

- **Registro audiovisual - Ponto de Jongo - a partir de 06:26[8]:**

  "A liberdade não ficou do nosso jeito, deram nossa liberdade, não deram nossos direitos".



SITUAÇÃO-PROBLEMA

Por que a memória da comunidade é importante para a luta atual pelo território do Quilombo Santa Rita do Bracuí?

ENUNCIADO AO ESTUDANTE

Com base nas fontes, responda:

a. Que direitos estão sendo reivindicados pela comunidade hoje?
b. O testamento de 1878 garantiu o direito à terra para as famílias do Bracuí. Por que esse direito demorou cem anos para ser reconhecido pela justiça?
c. Por que o território é entendido como herança dos antepassados?

---

8 O vídeo "Deram nossa liberdade mas não deram o nosso direito" está disponível no canal lide uff, no You Tube, e pode ser acessado pelo link: https://youtu.be/DUZmdR4zAXw?si=UCAlSYroPXygJOIv. Acesso em 04 fev. 2026.

d. O ponto de Jongo diz: "deram nossa liberdade, não deram nossos direitos." O que essa frase significa no contexto da história do Bracuí?
e. O que significa falar em reparação histórica nesse contexto?

PRODUÇÃO ESPERADA

Texto argumentativo curto, explicando a relação entre memória, território e direitos.

ATIVIDADE COLETIVA

Produzir um cartaz com o título: "*Do passado ao presente: por que o Bracuí luta por seu território*".

PARA SABER MAIS

VÍDEOS

AFRORIGENS - DE NAUFRÁGIOS A QUILOMBOS. Aventuras Productions. [S. l.: s. n.], 2023. 1 vídeo (5 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=V1EpfLgGFho. Acesso em: 20 maio 2026.

AFRORIGENS - EM BUSCA DO BRIGUE CAMARGO. Aventuras Productions. [S. l.: s. n.], 2023. 1 vídeo (4 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Q-2v4tn-trk. Acesso em: 20 maio 2026.

ANGRA DOS REIS: Consciência Quilombola. [S. l.]: mapadecultura RJ, 2014. 1 vídeo (6 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TKHgpfSinCk. Acesso em: 20 maio 2026.

BRACUÍ: velhas lutas, jovens histórias. [S. l.]: lide uff, 2014. 1 vídeo (43 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2uyGxKpfs-s. Acesso em: 20 maio 2026.

BUSCAS AO NAVIO CAMARGO. LABHOI UFF Oficial. [S. l.: s. n.], 2025. 1 vídeo (6 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xPcFa4lPkgI. Acesso em: 20 maio 2026.

FESTA DE SANTA RITA NO QUILOMBO DO BRACUÍ 2025. Ecomuseu Ilha Grande. [S. l.: s. n.], 2025. 1 vídeo (10 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=q93MEhRmk4I. Acesso em: 20 maio 2026.

GRIOT: o conhecimento transmitido pela oralidade. [S. l.]: Iuri Farias, 2016. 1 vídeo (3 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VxM_2332cxg. Acesso em: 20 maio 2026.

INSTITUTO AFRORIGENS NO PROGRAMA FANTÁSTICO. Aventuras Productions. [S. l.: s. n.], 2024. 1 vídeo (8 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-la_hsovsd8. Acesso em: 20 maio 2026.

JONGO DE TRADIÇÃO DO QUILOMBO DO BRACUÍ [Festival Tradicionalidades 2021]. [S. l.]: Semente Livre, 2021. 1 vídeo (30 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bpzpXLN2Ysc. Acesso em: 20 maio 2026.

JONGOS, CALANGOS E FOLIAS: música negra, memória e poesia (2007). LABHOI UFF Oficial. [S. l.: s. n.], 2018. 1 vídeo (48 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-0OouM3F0SU. Acesso em: 20 maio 2026.

MEMÓRIAS DO CATIVEIRO (2005). LABHOI UFF Oficial. [S. l.: s. n.], 2018. 1 vídeo (42 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JEw4k8Wpofw. Acesso em: 20 maio 2026.

MINHA RAIZ É NEGRA. [S. l.]: Wagner Santos, 2014. 1 vídeo (2 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cAjKk8X3bf4. Acesso em: 20 maio 2026.

NASCE CONGO, MORRE CONGO. [S. l.]: WITNESS, 2025. 1 vídeo (6 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=riv4JvdLvEw. Acesso em: 20 maio 2026.

O COMÉRCIO ILEGAL DE AFRICANOS 1: a mudança dos portos de chegada. LABHOI UFF Oficial. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (2 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RuqQtDfa28o. Acesso em: 20 maio 2026.

O COMÉRCIO ILEGAL DE AFRICANOS 2: as fazendas de recepção. LABHOI UFF Oficial. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (1 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VPRqWOePsR4. Acesso em: 20 maio 2026.

O COMÉRCIO ILEGAL DE AFRICANOS 3: a repressão ao tráfico ilegal. LABHOI UFF Oficial. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (1 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ARYYblMJJsM. Acesso em: 20 maio 2026.

O COMÉRCIO ILEGAL DE AFRICANOS 4: o caso do Bracuí. LABHOI UFF Oficial. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (3 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=S24tzYgaTA0. Acesso em: 20 maio 2026.

QUILOMBOLAS: as novas gerações. [S. l.]: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2012. 1 vídeo (12 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=dDwoghYkpQk. Acesso em: 20 maio 2026.

SEMINÁRIO: o caso do navio escravagista Camargo. [S. l.]: Arquivo Nacional, 2023. 1 vídeo (252 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LViGARTCzs4. Acesso em: 20 maio 2026.

REPORTAGENS

'BRIGUE CAMARGO': veja as buscas pelos destroços do último navio escravagista brasileiro. Programão de Sábado, Rio de Janeiro, [s.d.].

Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/12009102/?s=0s. Acesso em: 20 maio 2026.

ESPECIAL RAÍZES: a luta do quilombo 'Santa Rita do Bracuí' pela titularidade das terras. Programão de Sábado, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/12007729/?s=0s. Acesso em: 20 maio 2026.

CONHEÇA O PROCESSO DE RESGATE DAS RAÍZES AFRICANAS NO QUILOMBO 'SANTA RITA DO BRACUÍ'. Programão de Sábado, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/12009785/?s=0s. Acesso em: 20 maio 2026.

'RAÍZES': CONHEÇA A HISTÓRIA DO QUILOMBO DE SANTA RITA DO BRACUÍ, EM ANGRA DOS REIS. Programão de Sábado, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/12129507/. Acesso em: 20 maio 2026.

CONSULADO AMERICANO OFICIALIZA APOIO FINANCEIRO PARA CONSERVAR NAVIO ESCRAVIZADO. RJ2 – TV Rio Sul, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/13188942/. Acesso em: 20 maio 2026.

REDES SOCIAIS

Instagram e Facebook

QUILOMBO Santa Rita do Bracuí. [Angra dos Reis, Rio de Janeiro]. Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/quilombobracui/?locale=pt_BR. Acesso em: 20 maio 2026.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO E-BOOK

ABREU, Martha; FRANCISCO, Marilda de Souza; MATTOS, Hebe. **História, memória e reparação**: o museu somos nós – o projeto Camargo e o Quilombo do Bracuí (1852-2025). Niterói, 2025.

AESP - ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Polícia. C 2467. Cópia do interrogatório feito pelo Juiz Municipal Substituto Coronel João de Bacellar da Silva Leite a moradores das imediações de Ilha Grande. 14 dez. 1852. *Apud* ALONSO, Priscila de Lima. O vale do nefando comércio: o tráfico de africanos no Vale do Paraíba (1830-1860). 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ANGRA DOS REIS: Consciência Quilombola. [S. l.]: mapadecultura RJ, 2014. 1 vídeo (6 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TKHgpfSinCk. Acesso em: 20 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do trafico de africanos neste Imperio. Rio de Janeiro, 4 set. 1850. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-581-4-setembro-1850-559820-publicacaooriginal-82230-pl.html. Acesso em: 20 maio 2026.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

DERAM NOSSA LIBERDADE MAS NAO DERAM NOSSO DIREITO. [S. l.]: [s. n.], 2017. 1 vídeo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DUZmdR4zAXw. Acesso em: 20 maio 2026.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 12/12/1852. *In:* FRANCISCO, Marilda de Souza; ABREU, Martha. **História, memória e reparação: o museu somos nós**. Bracuí: Edição das Autoras, 2025, p. 25.

FRANCISCO, Marilda de Souza. O museu somos nós. In: **Samba em Revista**, Rio de Janeiro, ano 14, n. 13, 2022. Disponível em: https://www.faperj.br/

rp/downloads/Miolo-Samba-em-Revista-N13-REV3_(1).pdf. Acesso em: 10 jan. 2026.

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). **História Geral da África I**. UNESCO, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Comunidade quilombola em Angra dos Reis (RJ) tem território reconhecido. Brasília, DF: INCRA, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/comunidade-quilombola-em-angra-dos-reis-rj-tem-territorio-reconhecido. Acesso em: 20 maio 2026.

O COMÉRCIO ILEGAL DE AFRICANOS 1: a mudança dos portos de chegada. LABHOI UFF Oficial. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (2 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RuqQtDfa28o. Acesso em: 20 maio 2026.

O COMÉRCIO ILEGAL DE AFRICANOS 2: as fazendas de recepção. LABHOI UFF Oficial. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (1 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VPRqWOePsR4. Acesso em: 20 maio 2026.

O COMÉRCIO ILEGAL DE AFRICANOS 3: a repressão ao tráfico ilegal. LABHOI UFF Oficial. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (1 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ARYYblMJJsM. Acesso em: 20 maio 2026.

O COMÉRCIO ILEGAL DE AFRICANOS 4: o caso do Bracuí. LABHOI UFF Oficial. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (3 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=S24tzYgaTA0. Acesso em: 20 maio 2026.

RAMBELLI, Gilson. Arqueologia de naufrágios e a proposta de estudo de um navio negreiro. **Revista de História da Arte e Arqueologia**, n. 6, 2006.

RICHTER, Monika; COSTA, Marcelo; FOGAÇA, Isabela de Fatima (org.). **Quilombo Santa Rita do Bracuí**: cultura, geografia e história. Rio de Janeiro: Letra Capital; FAPERJ, 2024.

SANTOS, Luis Felipe Freire Dantas; MARINS, Júlio César da Silva; RAMBELLI, Gilson. A materialidade do tráfico e os desdobramentos no presente. **Revista de Arqueologia**, v. 37, n. 1, 2024.

SEMINÁRIO: o caso do navio escravagista Camargo. [S. l.]: Arquivo Nacional, 2023. 1 vídeo (252 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LViGARTCzs4. Acesso em: 20 maio 2026.

SILVA, Maurício Adelino da. **Movimento social quilombola de Santa Rita do Bracuí**: aprendizados na militância e a urgência de um currículo diferenciado. 2018. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2018.


Editora
CABANA